



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 46/2022–G4P/ML

**ASSUNTO:** CONSULTA

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 00600-00011488/2021-65-e

**EMENTA:** 1. CONSULTA. COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. DÚVIDAS ACERCA DA SELEÇÃO DE PRAÇAS BOMBEIROS MILITARES PARA REALIZAÇÃO DO CURSO PREPARATÓRIO DE OFICIAIS.  
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **CONHECIMENTO PARCIAL** DA CONSULTA. ESCLARECIMENTOS SOBRE A MATÉRIA. CIÊNCIA DA DECISÃO AO CBMDF. **ARQUIVAMENTO DO FEITO.**  
3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF, COM RESSALVA E AJUSTE.**

1. Cuida-se de **consulta** formulada pelo i. Comandante-Geral do CBMDF (Peça nº 14), por meio da qual solicita manifestação do TCDF acerca das medidas que devem ser adotadas por aquela Corporação visando à seleção de Praças Bombeiros Militares para realização do Curso Preparatório de Oficiais - CPO, com previsão no art. 79 da Lei nº 12.086/2009.

2. A **consulta** em tela foi encaminhada tendo em vista questionamentos formulados por intermédio da Nota Técnica nº 329/2021 - CBMDF/GABCG/ASJUR (Peça nº 12), acolhida pela Cota de Aprovação nº 648/2021 da Assessoria Jurídica-Legislativa do CBMDF (Peça nº 13).

3. Procedendo ao exame da **quaestio**, a 3ª Divisão de Fiscalização de Pessoal por meio da Informação nº 263/2021-DIFIPE3 (Peça nº 17), concluiu sua análise pelo **conhecimento parcial da consulta** e, nesse sentido, sugeriu ao Plenário:

*“I – conhecer parcialmente da consulta formulada pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF (Ofício Nº 1634/2021 – CBMDF/GABCG, Peça 14, e anexos, Peças 1/13), somente em relação aos quesitos “a”, “b”, “b.1”, e “c”, por atenderem aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do RITCDF;*

*II – esclarecer àquela Corporação que em resposta:*

*a) ao quesito “a”: onde se lê a palavra “Praça” no caput do art. 79 da Lei nº 12086/2009, entenda “Subtenente”, vez que somente os Subtenentes podem acessar o Posto de Segundo-Tenente QOBM/Adm e QOBM/Esp, à vista do princípio da hierarquia e do art. 61 do Estatuto do CBMDF (o acesso na hierarquia do CBMDF é seletivo, gradual e sucessivo), podendo, excepcionalmente, bombeiros-militares ocupantes da graduação imediatamente inferior (1º Sargento, e assim sucessivamente, caso necessário) participarem do CPO, desde que detenham os requisitos para tanto,*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*quando não houver Subtenentes em número suficiente a suprir as vagas abertas no Posto de Segundo-Tenente;*

*b) aos quesitos “b” e “b1”: a expressão “vagas disponíveis no respectivo Quadro” para o cálculo de matrículas no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), na dicção do inciso I do art. 79 da Lei nº 12.086/2009, deve ser entendida como o quantitativo de vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente; todavia a Corporação, à vista da conveniência/oportunidade e do interesse público, poderá disponibilizar, quando do oferecimento de vagas para o CPO, um quantitativo inferior a essas vagas em aberto; não podendo, por outro lado, capacitar um número maior de Praças no CPO do que as vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente, vez que ao fim do CPO o bombeiro-militar deverá ser alçado ao Posto de Segundo-Tenente (o que pressupõe a existência de vagas), bem como ausência de previsão na lei da formação de cadastro de reserva no CPO;*

*c) ao quesito “c”: ao término do Curso Preparatório de Oficiais, os bombeiros-militares manterão o exato posicionamento na escala hierárquica, vez que não se trata de curso inicial de carreira;*

*III – autorizar:*

*a) o encaminhamento da presente instrução, do Relatório/Voto, e da decisão que vier a ser proferida ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;*

*b) o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.” (Grifos originais e acrescidos)*

4. Anterior ao envio dos autos ao Ministério Público de Contas, os termos da Informação nº 263/2021-DIFIPE3 (Peça nº 17), foram acolhidos integralmente pelo Diretor da Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal e pelo Secretário de Fiscalização de Pessoal, conforme peça nº 18 dos presentes autos.

5. Após, em cumprimento ao Despacho Singular nº 2/2022-GCAC (Peça nº 20), os autos eletrônicos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do **Parquet** e, depois, distribuídos a esta Quarta Procuradoria.

6. É o que basta relatar. Passa-se à apreciação do feito.

7. Antes de adentrar especificamente ao mérito da presente **consulta**, é **imprescindível** observar o seu cabimento, ou seja, verificar se foram preenchidos todos os requisitos – que são cumulativos – exigidos para a sua admissibilidade, conforme previsto no art. 264 do RI/TCDF.

8. A propósito, os exatos termos do supracitado dispositivo:

*“Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por **dirigente de órgão** relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações. § 1º As consultas deverão versar **direito em tese**, **indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*§ 2º A resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.*

*§ 3º A decisão sobre processo de consulta somente será tomada se presentes na sessão pelo menos cinco Conselheiros, incluindo o Presidente e Auditores convocados.”*

9. Nesse sentido, verifico que o Consulente levanta as seguintes dúvidas perante a Corte de Contas:

*“a) É correto afirmar que somente os Subtenentes são os alcançados pelo teor do art. 79, caput, da Lei nº 12.086/2009? Considerando a evidente impossibilidade de inclusão das demais praças no LQA (art. 92, da Lei nº 12.086/2009).*

*b) Como deve ser entendida a expressão “vagas disponíveis no quadro” para o cálculo de matrículas no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), na dicção do art. 79, caput, da Lei nº 12.086/2009?*

*b.1) Pode a Administração, em atenção ao princípio da eficiência, capacitar maior número de Praças, como o total de vagas fixadas e disponibilizadas pela lei, e prepará-los para as próximas vagas que surgirem, tal qual ocorre em todos os demais cursos de carreira da Corporação?*

*c) É correto afirmar que ao término do CPO os militares mantêm o exato posicionamento na escala hierárquica? Sem que haja reclassificação pelo fato de não se tratar de curso inicial de carreira?*

*d) Existe infringência ao normativo vigente, que impeça a administração Bombeiro Militar de dar prosseguimento ao certame, nos moldes dos Editais 98/2021-ABM/DIREN/DEPCT e 99/2021-ABM/DIREN/DEPCT?”.*

10. **Em comumhão** com a Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal, entende o Ministério Público que os **quesitos a, b, b.1 e c** da **consulta** foram formulados por autoridade competente, o **Comandante-Geral do CBMDF**, versam sobre **direito em tese e indicam com precisão seus objetos**, posto que as dúvidas giram em torno da **interpretação do conjunto normativo que permeia o acesso da Praça BM ao Oficialato nos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares, no posto de Segundo-Tenente**.

11. Especificamente no que tange à **exigência de parecer técnico-jurídico** da Administração, tem-se que, **no presente caso**, a interpretação dada pela Assessoria Jurídica do CBMDF se apresenta consentânea com a exigência normativa, porquanto a Nota Técnica nº 329/2021 - CBMDF/GABCG/ASJUR (Peça nº 12) trouxe aos autos os fundamentos legais da **consulta**, orientações expedidas pela Procuradoria-Geral do DF - **PGDF** acerca do tema, além de colacionar jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - **TJDFT** e desta Corte de Contas sobre matéria análoga à presente **consulta**. Nesse sentido, o **Parquet não vislumbra óbice** para que o Tribunal considere **atendido** também este requisito e, por conseguinte, **admita a presente consulta com relação aos supracitados quesitos**.

12. **Lado outro**, no que concerne ao último quesito formulado na **consulta** pelo CBMDF (**d. “Existe infringência ao normativo vigente, que impeça a administração Bombeiro Militar de dar prosseguimento ao certame, nos moldes dos Editais 98/2021-ABM/DIREN/DEPCT e 99/2021-ABM/DIREN/DEPCT”**), o MP especial, **convergindo** com a conclusão alcançada pela SEFIPE, avalia que **não há amparo para o seu conhecimento**. Isso porque, **além de não ter sido objeto de apreciação técnico-jurídica por parte do CBMDF**,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

tem como escopo **avaliação de caso concreto, e não sobre direito em tese**, constituindo, portanto, **óbice intransponível** à sua apreciação, consoante o já citado art. 264, § 1º, do RI/TCDF. Além disso, como pontuado pelo Corpo Técnico, “*não cabe ao TCDF substituir o Administrador na análise de conveniência e oportunidade envolvidos na prática de atos administrativos como os mencionados*”. Essas constatações, na visão Ministerial, **obstam o conhecimento da consulta no tocante ao mencionado quesito**.

13. Ultrapassada essa questão, avalia este Representante do Ministério Público que o mérito da **consulta** foi examinado adequadamente pela Área Técnica, que praticamente exauriu a **questão**. Entretanto, não se mostra despidendo tecer alguns comentários adicionais sobre a matéria, motivo pelo qual convém trazer à baila os principais excertos da Informação nº 263/2021-DIFIPE3 (Peça nº 17), seguidos da correspondente manifestação deste MPC/DF.

“(...)

**a) É correto afirmar que somente os Subtenentes são os alcançados pelo teor do art. 79, caput, da Lei nº 12.086/2009<sup>2</sup>? Considerando a evidente impossibilidade de inclusão das demais praças no LQA (art. 92, da Lei nº 12.086/2009).**

(...)

**9. Quanto ao mérito (se somente os Subtenentes são alcançados pelo teor do art. 79, caput, da Lei Federal nº 12086/2009), acompanhamos o entendimento trazido pela Corporação no sentido de responder positivamente ao quesito em questão.**

**10. O avanço da Praça ao posto de Segundo-Tenente do QOBM/Adm e QOPM/Esp não se trata de transposição ou de ingresso em cargo novo, mas sim de mera progressão na carreira hierárquica, por promoção, dentro de uma mesma estrutura funcional, ocorrendo mera alteração de graduação para posto. Nesse sentido, não há razão para haver saltos nas promoções, vez que desvirtuaria o princípio da hierarquia, que exige de o Militar ir, com o tempo, galgando graduação por graduação e posto por posto, em uma crescente assunção de responsabilidades e comandos.**

(...)

**12. O princípio da hierarquia no CBMDF encontra guarida na Constituição Federal (art. 42, caput), constituindo uma das bases institucionais daquela Corporação (arts. 2º e 13, caput, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7479/1986). No sentido, cresce a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico.**

**13. Assim, uma ascensão per saltum de graduações acabaria por violar a lógica do sistema hierárquico que fundamenta o CBMDF. O sistema normativo da Corporação,**

---

<sup>2</sup> “Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:

I - ser selecionada dentro do somatório de vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), sendo:

a) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas pelo critério de antiguidade;

b) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas mediante aprovação em processo seletivo de provas, de caráter classificatório e eliminatório, destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos; e c) (...)

II - possuir diploma de curso superior obtido em instituição de ensino superior reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;

III - ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Praças ou equivalente;

IV - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de tempo de serviço na ativa, até a data de inscrição do processo seletivo; e

V - concluir, com aproveitamento, o Curso Preparatório de Oficiais”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*conforme bem destacado pelo jurisdicionado, estabelece uma forma **gradual e sucessiva** de promoções, iniciando-se a carreira de praça com o ingresso no CBMDF, na graduação de Soldado, terminando no posto de Major (nos Quadros de Administração e de Especialistas).*

*(...)*

*16. Com o advento da Lei nº 12086/2009, que previu um período de transição de 5 anos para sua entrada em vigor em relação a regras de promoção das citadas praças, a promoção nesse período **continuou** a ocorrer de forma seletiva, gradual e sucessiva, por meio da promoção do Subtenente ao posto de Segundo-Tenente (inciso III do §3º do art. 7916).*

*17. Ultrapassado esse período de transição, com a promulgação da Lei nº 13459/2017 (que garantiu prioridade das promoções aos **subtenentes** já habilitados com o antigo Curso de Habilitação de Oficiais-CHO), também em observância do primado de que as promoções devam ocorrer de forma seletiva, gradual e sucessiva, foi dada preferência aos **Subtenentes** com CHO.*

*18. Finalizadas as promoções dos Subtenentes com CHO, ao CBMDF foi possibilitado o retorno das promoções das praças que atendam aos requisitos do art. 79 da Lei nº 12086/2009, não havendo motivos para se interpretar que teria havido, a partir de então, uma mudança no sistema de promoções e de acesso ao Oficialato (nos Quadros QOBM/Adm e Esp), no que se refere à observância das promoções de **forma gradual e sucessiva**, vez que decorre do **princípio da hierarquia e de normas estabelecidas pelo Estatuto do CBMDF**.*

*19. Nesse cenário, a título de ilustração, só pode ser promovido ao Posto de Major quem é Capitão; só pode ser promovido a Capitão quem é 1º Tenente; e só pode ser promovido a 1º Tenente quem é 2º Tenente, e só pode ser alçado ao Posto de 2º Tenente quem for Subtenente!*

*20. Assim sendo, a regra para o acesso ao QOBM/Adm e QOBM/Esp é a de que o concorrente esteja na graduação de **Subtenente**. Todavia, caso não haja um quantitativo de subtenentes suficiente para suprir o número de vagas disponíveis à promoção, **excepcionalmente**, bombeiros-militares ocupantes da graduação imediatamente inferior (1º Sargento, e assim sucessivamente, caso necessário) poderão participar do CPO, desde que detenham os requisitos para tanto. Essa possibilidade encontra-se normativamente prevista no referido diploma, ao admitir a possibilidade de um participante do CPO ser promovido no decorrer do curso (art. 83). Ora, isso só se mostra possível caso o participante ocupe uma graduação inferior à de Subtenente.*

*21. Em razão do exposto, temos que onde se lê a palavra “Praça” no caput do art. 79 da Lei nº 12086/2009, leia-se “Subtenente”, de sorte que a resposta ao primeiro quesito trazido pelo CBMDF deve ser positiva: somente os Subtenentes são alcançados pelo teor do art. 79, caput, da Lei nº 12086/2009, à vista do princípio da hierarquia e de que as promoções devam ocorrer de forma gradual e sucessiva. Todavia, excepcionalmente, poderão participar do CPO bombeiros-militares ocupantes da graduação imediatamente inferior (1º Sargento, e assim sucessivamente, caso necessário), desde que detenham os requisitos para tanto, quando o número de Subtenentes for insuficiente para suprir o número de vagas disponíveis ao Oficialato” (Grifos acrescidos e no original).*

14. Por oportuno, insta salientar que o art. 79 da Lei federal nº 12.086/2009 cuida do ingresso de Praças no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares no posto de Segundo-Tenente. A conclusão, com aproveitamento, do Curso Preparatório de Oficiais **é apenas um**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**dos requisitos** para tanto (inciso V), devendo, evidentemente, serem atendidos os demais incisos do mencionado artigo.

15. Como antecipado, a análise realizada pelo Corpo Técnico conta com a **aquiescência** do **Parquet** especial. Na visão Ministerial, o termo **“Praça”**, contido no **caput** do art. 79 da Lei nº 12.086/2009<sup>3</sup>, **refere-se somente aos Subtenentes**, tendo em vista que **o acesso a promoção dentro da hierarquia militar é seletivo, gradual e sucessivo**, não sendo admissível a progressão **per saltum** do militar de um nível hierárquico para outro que não seja o imediatamente superior.

16. Importante recordar que a CF/1988, em seu art. 61, apregoa que os Corpos de Bombeiro Militares são **instituições organizadas com base na hierarquia**. No mesmo sentido caminha o Estatuto dos Bombeiros-Militares do CBMDF, aprovado pela Lei federal nº 7.479/1986 (art. 2º).

17. Acerca desse último normativo, assinale-se que a hierarquia, juntamente com a disciplina, constitui a base institucional do CBMDF, *“crescendo a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico”*. É o que dispõe o art. 13, **caput**, do citado Estatuto. Acrescenta, ainda, em seu § 1º, que a *“Hierarquia é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, na estrutura do Corpo de Bombeiros, por postos e graduações”*.

18. Entende-se da inteligência dos citados dispositivos, portanto, que cada militar, no exercício de seu mister, necessita desempenhar no respectivo posto/graduação suas atividades, com a autoridade e a responsabilidade que lhes são inerentes, para, somente assim, progredir para o nível imediatamente superior. Parece ser essa a essência da hierarquia demandada pelo texto legal e constitucional.

19. Não à toa, ilustrativamente, o art. 59 do Estatuto dos Militares (Lei federal nº 6.880/1980), dispõe, em seu art. 59, que *“O acesso na hierarquia militar, fundado principalmente no valor moral e profissional, é **seletivo**, **gradual** e **sucessivo**, e será feito mediante promoções (...)”*.

20. O próprio Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal estabeleceu o seguinte:

*“Art. 61. O **acesso na hierarquia** do Corpo de Bombeiros é **seletivo**, **gradual** e **sucessivo** e será feito mediante promoção, de conformidade com o disposto na legislação e regulamentação de promoções de oficiais e de praças, de modo a obter-se um fluxo regular e equilibrado de carreira para os bombeiros-militares.”*

21. Desse modo, considerando a **hierarquia militar** e a necessidade de se observar o caráter **seletivo, gradual e sucessivo** para as promoções, tem-se que a regra para o ingresso no posto de Segundo-Tenente é a de que o concorrente esteja na graduação de **Subtenente**.

<sup>3</sup> “Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a **Praça** obedecerá às seguintes regras: (...)”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

22. Lado outro, é de se anotar que a Lei federal nº 12.086/2009, em seu art. 83, admitiu a possibilidade, **excepcional**, de bombeiros-militares ocupantes da graduação **imediatamente inferior à de subtenente** frequentarem o Curso Preparatório de Oficiais. Nesse contexto, avalia o **Parquet** que tal franqueamento apenas será possível na hipótese de **não haver Subtenentes em número suficiente a suprir as vagas abertas no Posto de Segundo-Tenente**.

23. Firme nesses fundamentos, **converge** o MP de Contas com a sugestão de resposta oferecida pelo Corpo Técnico para o primeiro quesito.

*“b) Como deve ser entendida a expressão “vagas disponíveis no quadro” para o cálculo de matrículas no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), na dicção do art. 79, caput, da Lei nº 12.086/2009?*

*b.1) Pode a Administração, em atenção ao princípio da eficiência, capacitar maior número de Praças, como o total de vagas fixadas e disponibilizadas pela lei, e prepará-los para as próximas vagas que surgirem, tal qual ocorre em todos os demais cursos de carreira da Corporação?*

*(...)*

26. Em sua redação original, o art. 79 da Lei nº 12086/2009 assim dispunha:

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e de QOBM/Mnt, no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:*

*I - ser selecionada dentro do número de vagas fixadas em edital, com base no Anexo III, para os respectivos Quadros, mediante aprovação em processo seletivo destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos;*

27. Nota-se que a seleção para o Curso Preparatório de Oficiais - CFO (que, segundo o inciso V desse mesmo artigo, constitui requisito para que a praça seja promovida) referia-se tão-somente pelo critério do mérito intelectual.

28. Com o advento da Lei nº 13459/2017 (oriunda da conversão da Medida Provisória nº 760/2016), esse critério de seleção para o CPO sofreu alteração e passou a dividir espaço com o critério da antiguidade. Vejamos:

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:*

*I - ser selecionada dentro do somatório de vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), sendo:*

*a) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas pelo critério de antiguidade;*

*b) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas mediante aprovação em processo seletivo de provas, de caráter classificatório e eliminatório, destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos; e*

29. Além de garantir metade das vagas pelo critério da antiguidade, a citada lei deixou de fazer referência o Anexo III da lei (que traz limite de ingresso anual de bombeiros militares nos quadros da CBMDF), o que nos faz depreender que o quantitativo de vagas para o CPO não encontra limite nos quantitativos previstos no Anexo III, podendo a Corporação realizar tal curso em um quantitativo superior ao constante do referido anexo.

30. Ressalte-se que o Anexo III em questão diz respeito ao limite máximo de promoções que poderão ocorrer no ano e não ao quantitativo de bombeiros militares que poderão participar do CPO (que pode ser realizado em mais de uma ocasião em um ano calendário). São situações distintas, apesar de guardarem conexão. O CPO visa atender a um dos requisitos para a promoção da praça. Nesse sentido, a participação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*no curso tem a finalidade de se obter ao fim a promoção para o Oficialato nos quadros administrativo e especialista.*

*31. O inciso I do art. 79 estabelece que a Praça deverá ser selecionada dentro do somatório de vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no CPO. A dúvida do jurisdicionado se relaciona às “vagas disponíveis no respectivo Quadro” definidoras do quantitativo de bombeiros militares que participarão do CPO.*

*32. Essa questão constitui objeto de discussão, no âmbito do TCDF, no Processo nº 40788/2017 (relativo à PMDF, cuja legislação também trouxe tal expressão), o qual se originou de representação oferecida por cidadão acerca de possível irregularidade em edital regulador de processo seletivo interno para ingresso no CHOAM da PMDF (curso equivalente ao CPO do CBMDF), consistente na subestimativa do número de vagas previstas em desacordo com os normativos de regência.*

*33. Após ampla e divergentes discussões em plenário, houve a prolação, por maioria de votos, da Decisão nº 2076/2018<sup>4</sup>, no qual o TCDF considerou improcedentes as representações que faziam parte do feito. Esta Divisão Técnica, ao apreciar o mérito de recursos interpostos em face desse decisum assim observou:*

*28. A discussão centra-se na interpretação do contido no inciso I do art. 32 da Lei Federal nº 12.086/09: se o número de vagas para o CHOAM deve ser o disponível para o Posto de Segundo-Tenente (Posto inicial do QOPMA) ou ser o total de vagas disponíveis para todos os Postos desse Quadro.*

*29. Por certo que são possíveis (e juridicamente defensáveis) as duas interpretações mencionadas. No mundo jurídico, aliás, a norma jurídica possui vários sentidos, cabendo ao interprete determinar qual dos sentidos é o mais adequado.*

*30. A possibilidade das duas interpretações mostrou-se evidente quando o Plenário discutiu a matéria e, por 4 votos a 3, exarou a decisão recorrida. Tal divergência também se constata no âmbito do TJDF nas demandas ajuizadas por diversos militares que tentam a majoração do número de vagas estabelecidas no edital normativo.*

*31. Presente a premissa de possibilidade de duas interpretações válidas e a inexistência de novos argumentos por parte dos recorrentes, não vemos motivos para que o Plenário altere seu entendimento quanto a matéria controvertida nos autos. Detalhamos.*

*32. A Decisão nº 2076/2018 (Peça 138), que acompanhou o posicionamento do Relator do feito, foi tomada com base em uma interpretação juridicamente válida e foi a que o Plenário julgou mais adequada ao feito. Foi fundamentada, em suma, nos seguintes argumentos:*

*i) a alteração legislativa decorrente da Lei Federal nº 13.459/17, que modificou a redação do inciso I do art. 32 da Lei Federal nº 12.086/09, não promoveu alteração semântica relevante, vez que visava apenas incluir a antiguidade entre os critérios de seleção de praças;*

*ii) o objetivo de se cursar e ser aprovado no CHOAM é possuir as condições para o acesso ao QOPMA, e como o acesso se faz no 1º Posto desse Quadro, por lógico, apesar da literalidade do dispositivo legal, que não é razoável se considerar todas as vagas de todos os Postos do QOPMA;*

*iii) para que as praças ascendam ao Oficialato deve haver vagas suficientes no grau hierárquico do posto a ser provido (no caso, segundo tenente);*

<sup>4</sup> “I – tomar conhecimento de toda a documentação trazida aos autos após a Decisão nº 1544/18 (peça nº 93 e seguintes), bem como da juntada dos edocs B927338E-e, 58FA0ED5 e EAB788CF, oriundos do Processo nº 36594/17-e, em atenção à alínea “c” do item V da Decisão nº 1931/18, exarada naquele feito; II – considerar improcedentes todas as representações que fazem parte do feito em exame, por insubsistência dos próprios fundamentos; III – encaminhar cópia desta decisão aos signatários das referidas representações, bem como à Polícia Militar do Distrito Federal; IV – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.”





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*iv) o TJDF, em sede de decisão interlocutória, rejeitou os argumentos em discussão nos presentes autos (Processo nº 0703698-71.2018.8.07.001). Tal decisão foi confirmada em segunda instância;*

*v) a realização de diversos e periódicos CHOAM reforçaria a competitividade e daria oportunidade àqueles que fossem preenchendo os requisitos pra inscrição no processo seletivo no decorrer do tempo de serem promovidos.*

**34. O Relator do feito, Conselheiro Manoel de Andrade, após consignar que a SEFIPE e o MPJTCDF manifestaram-se pelo não provimento dos recursos e arquivamento dos autos, destacou que:**

*(...) De acordo com decisão publicada no DJe de 02.10.18, o e. Min. João Otávio de Noronha deliberou por “suspender a execução da liminar deferida pelo relator do Agravo de Instrumento n. 0709537-80.2018.8.07.0000, em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, até o trânsito em julgado da ação originária” (...)*

*Em face disso, posteriormente, a PGDF opôs embargos de declaração, apontando omissão quanto a outras dezenas de ações idênticas na origem, muitas dessas com liminares deferidas com base na deliberação combatida.*

*No dia 05.11.18, o ministro relator acolheu os embargos de declaração para, sanando a omissão apontada: “(...) estender os efeitos da decisão embargada a todas as demais liminares com objeto idêntico ao da liminar questionada nos presentes autos, em particular àquelas deferidas nos autos dos agravos de instrumento expressamente relacionados no pedido inicial”. [Destaque consta do original]*

*Nesse contexto, portanto, parece-me que por prudência esta Corte de Contas caminharia bem ao sobrestar a apreciação de mérito dos apelos até o trânsito em julgado da SLS nº 2.417-DF.*

**35. Assim sendo, o TCDF exarou a Decisão nº 5404/2018, no qual foi por sobrestar a apreciação do mérito dos pedidos de reexame até o trânsito em julgado da SLS nº 2417-DF, que tramitava perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**36. Ocorre que, no STJ, já houve o trânsito em julgado no SLS (em julho de 2019), tendo aquele Tribunal suspenso a execução da liminar deferida pelo relator do AGI nº 0709537-80.2018.8.07.0000, até o trânsito em julgado da ação originária, bem como de todas as demais liminares com objeto idêntico ao da liminar questionada naqueles autos. Vejamos, então, o deslinde da ação originária.**

**37. A ação originária refere-se ao Processo nº 0705819-21.2018.8.07.0018, na qual, no dia 25.10.2018, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos formulados na petição inicial. Todavia, em grau de recurso, a apelação e a remessa necessária foram providas, tendo a 8ª Turma Cível do TJDF assim se pronunciado:**

**APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. POLÍCIA MILITAR. QUADRO DE OFICIAIS. CHOAM. LEI 13.459/2017. INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS. RECURSO E REMESSA PROVIDOS.**

**1. A progressão nos quadros do oficialato da Polícia Militar dá-se de forma escalonada e com suporte em aspectos orçamentários do Poder Executivo.**

**2. A alteração promovida pela Lei 13.459/2012 não se refere ao critério de fixação do número de vagas para o CHOAM, mas tão somente inclui critérios (antiguidade e merecimento) para o referido preenchimento.**

**3. Apelação e Remessa Necessária providas**

**38. Houve interposição de embargos de declaração, que foi parcialmente provido para esclarecer que eventual dúvida surgida pela leitura do Acórdão, em caso de julgamento por maioria, prevalece o voto do Relator designado para o Acórdão em sua integralidade (no caso, o 1º vogal, o Desembargador Eustáquio de Castro). Houve o trânsito em julgado em 23.7.2019.**

**(...)**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**40. Portanto, a 8ª Turma Cível do TJDFT decidiu em linha do entendimento expresso pelo TCDF na Decisão nº 2076/2018 (vide parágrafo 33 deste relatório), no sentido de que o quantitativo de vagas disponíveis para o CHOAE M devia ser aquele em aberto no posto de Segundo-Tenente, vez que o objetivo desse curso é promover o acesso das Praças a tal posto.**

41. Ademais, há outros precedentes do TJDFT sobre a expressão “vagas disponíveis no Quadro” nesse vetor intelectual, dos quais destacamos:

EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALISTAS E MÚSICOS (CHOAE M). VAGAS. QUADROS. INTERPRETAÇÃO QUANTO AOS RESULTADOS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

1. O somatório das vagas disponíveis no respectivo quadro ou especialidade para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos (CHOAE M) corresponde ao total de vagas disponíveis apenas no posto inicial do quadro, e não do quadro completo de oficiais. A interpretação compatibiliza o art. 32, I, da Lei n. 12.086/2009, com a estrutura de progressão na carreira da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme precedentes.

2. Apelação desprovida. (Processo nº 0706307-73.2018.8.07.0018, 1ª Turma Cível, Acórdão nº 1244962 prolatado em 22.4.202022).

(...)

42. Da leitura desses acórdãos do TJDFT e da sistemática normativa das promoções na PMDF (que guarda estreita similitude normativa com o CBMDF), entendemos que a melhor interpretação para a expressão “vagas disponíveis no respectivo Quadro” constante do art. 79, I, da Lei nº 12086/2009, é no sentido de que se refere ao **quantitativo de vagas em aberto no posto de Segundo-Tenente**.

43. Há de se ressaltar, todavia, que há entendimentos do TJDFT (em especial da 5ª Turma Cível), no sentido de que há **liberdade na oferta de vagas por parte da Corporação Militar**, vez que a oferta de vagas para os cursos de habilitação para Oficiais seria ato **discricionário da Administração Pública, desvinculado** da disponibilidade de vagas nos respectivos quadros. A seguir transcrevemos alguns acórdãos nesse sentido, referentes à PMDF:

(...)

**45. A nosso entender, com as devidas vênias, cremos que a legislação castrense não outorga discricionariedade para a Administração Pública oferecer no CPO (ou CHOAE M, para o caso da PMDF) um quantitativo acima das vagas disponíveis, vez que o art. 83 da Lei nº 12086/209 (art. 33 para a PMDF23) não prevê a formação de cadastro de reserva no CPO, in verbis:**

Art. 83. A Praça a que se refere o art. 79 frequentará o Curso Preparatório de Oficiais ou o Curso de Habilitação de Oficiais, conforme o caso, na graduação em que se encontra ou na que venha a ser promovido no decorrer do curso.

Parágrafo único. Se o candidato não concluir, com aproveitamento, o curso de que trata o caput permanecerá na graduação e voltará a ocupar a mesma posição anterior na escala hierárquica.

46. Da leitura desse normativo, infere-se que o candidato concludente do CPO, **com aprovação, deverá ser promovido ao posto de Segundo-Tenente**, não havendo menção no acima transcrito parágrafo único para promoções **em excedente** (como há para o caso do Aspirante a Oficial do QOPM e do QOBM/Comb ao fim do respectivo curso). Em outras palavras, para a promoção do concludente do CPO, é necessária a existência de vagas.

47. Nesse sentido, a legislação não deixa espaço (discricionariedade) para o chamamento de um número superior ao de vagas disponíveis no posto de Segundo-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*Tenente para o CPO, ou seja, não se permite a formação de cadastro de reserva em tal curso.*

48. *O chamamento de um número acima das vagas disponíveis poderia até mesmo ensejar demandas judiciais com pedido de promoção retroativas à data de conclusão do CPO, conforme ressalta a Desembargadora Ana Cantarino em seu voto sumarizado no parágrafo 39 deste relatório.*

49. *Nessa quadra, a nosso visto, a oferta de vagas por parte do CBMDF para o CPO não se mostra desvinculada da disponibilidade de vagas abertas de Segundo-Tenente, ela deve observar como parâmetro máximo tal número.*

50. *Por outro lado, à vista de disponibilidades orçamentárias, há discricionariedade para a oferta de **um quantitativo inferior** ao total de vagas em aberto de Segundo-Tenente quando do oferecimento do CPO, vez que, nessa situação, o quantitativo deve observar a oportunidade e conveniência.*

51. *Assim, em resposta ao quesito “b”, consignamos que a melhor interpretação para a expressão “vagas disponíveis no respectivo Quadro” constante do art. 79, I, da Lei nº 12086/2009, é no sentido de que se refere ao **quantitativo de vagas em aberto no posto de Segundo-Tenente**, podendo, todavia, a Corporação, à vista da conveniência/oportunidade e do interesse público, disponibilizar um quantitativo inferior a essas vagas em aberto.*

52. *Já conforme entendimento exposto alhures, a resposta ao quesito “b.1” deve ser negativa: não se pode capacitar um número maior de Praças no CPO do que as vagas em aberto de Segundo-Tenente, vez que ao fim do CPO o bombeiro-militar deverá ser alçado ao Posto de Segundo-Tenente e a lei não prevê a formação de cadastro de reserva no CPO.*” (Grifos acrescidos e no original).

24. A questão alusiva à interpretação que deve ser atribuída à expressão “*somatório das vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no Curso Preparatório de Oficiais*”, constante do art. 79 da Lei federal nº 12.086/2009, é realmente **tormentosa**, abrigando **entendimentos defensáveis** no sentido de contemplar não apenas as vagas do posto a que se busca a promoção, mas também às demais vagas constantes dos postos hierarquicamente superiores.

25. Tema semelhante foi abordado pelo TCDF no **Processo nº 40.788/2017**. Nos autos, dentre outras questões, discutia-se a interpretação que deveria ser atribuída ao texto “*somatório das vagas disponíveis no respectivo Quadro ou Especialidade para matrícula no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos (CHOAEM)*”, constante do art. 32 da Lei federal nº 12.086/2009, mesma lei que contempla o multicitado art. 79 ora em avaliação.

26. No mencionado Processo, por apertada maioria, o Plenário, acompanhando o Voto do i. Cons. **Paulo Tadeu**, Relator, considerou **improcedentes** as Representações formuladas que questionavam **possível subestimativa do número de vagas** previstas no CHOAEM, pois a previsão era a disponibilidade de **vagas abertas para o posto de Segundo-Tenente**, e não o total de vagas disponíveis para todos os postos desse Quadro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

27. É indiscutível que o texto, tanto do art. 32 como do art. 79, comporta ambas as interpretações. No entanto, **tal qual me manifestei naqueles autos<sup>5</sup>, parece-me mais adequado ao caso a interpretação de que as vagas a serem destinadas ao CPO sejam apenas aquelas disponíveis no posto de Segundo-Tenente**, não somente para defender a **unidade das decisões plenárias** e a **almejada segurança jurídica** aos jurisdicionados, mas sobretudo porque, na visão deste Representante do **Parquet**, as **vagas oferecidas estão adstritas ao posto objeto da seleção, observada a estrutura de progressão na carreira**.

28. Nessa esteira de inteligência, a despeito da celeuma envolvendo as possíveis interpretações da norma, cumpre trazer à baila o que dispõe o art. 102 do mesmo diploma legal, que pode servir de orientação sistemática quando trata das vagas para promoções em si, **in litteris**:

*“Art. 102. Nos diferentes quadros, as vagas a serem consideradas para as promoções serão provenientes de:*

*I - promoção ao grau hierárquico superior;*

*II - agregação;*

*III - demissão, licenciamento ou exclusão do serviço ativo;*

*IV – falecimento; e*

*V - aumento de efetivo.” (Grifos acrescidos).*

29. Muito embora existam **conceitos vagos, fluidos ou indeterminados** no ordenamento jurídico, os quais podem conferir ao Administrador Público **certa margem de discricionariedade**, ainda assim deve o aplicador da norma buscar sempre a **interpretação mais consentânea com o interesse público específico**, finalidade de todo e qualquer ato administrativo. A análise, portanto, não pode ser estanque ou isolada, devendo levar em consideração demais elementos constantes na norma para se alcançar o entendimento que melhor se coadune com sua essência.

30. A despeito de o inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 12.086/2009 conter em sua literalidade a expressão “*somatório das vagas disponíveis no respectivo Quadro*”, a leitura que parece ser mais adequada é aquela decorrente da interpretação sistemática, qual seja, a de que o número de vagas para o CPO é aquele disponível no posto de Segundo-Tenente. Essa interpretação **compatibiliza** a redação do citado dispositivo com a lógica da progressão na carreira e, conseqüentemente, com a hierarquia estabelecida na Lei Maior.

31. Assim, no entendimento Ministerial, quando a lei expressamente diz “*somatório de vagas disponíveis*” **não está se referindo aos claros existentes em todos os graus hierárquicos, mas tão somente aos claros do posto a ser provido pela seleção**.

32. A esse respeito, transcrevem-se abaixo julgados do TJDF que caminham no mesmo sentido ora defendido:

*“DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALISTAS E*

---

<sup>5</sup> Parecer nº 210/2018-G4P (e-DOC 1FDCF807-e).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*MÚSICOS (CHOAEM). VAGAS. QUADROS. INTERPRETAÇÃO QUANTO AOS RESULTADOS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.*

*1. O somatório das vagas disponíveis no respectivo quadro ou especialidade para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos (CHOAEM) corresponde ao total de vagas disponíveis apenas no posto inicial do quadro, e não do quadro completo de oficiais. A interpretação compatibiliza o art. 32, I, da Lei n. 12.086/2009, com a estrutura de progressão na carreira da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme precedentes.*

*2. Apelação desprovida.”*

(Acórdão 1244962, Processo nº 07063077320188070018, Rel. Des. **Hector Valverde**, **1ª Turma Cível**, DJe de 5/5/2020).

*“ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALISTAS E MÚSICOS (CHOAEM) DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. ART. 32, I, DA LEI N. 12.086/2009. QUANTIDADE DE VAGAS. QUADRO DE OFICIAIS. CLASSIFICAÇÃO FORA DAS VAGAS. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Controvérsia referente à quantidade de vagas que devem ser disponibilizadas no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos (CHOAEM) da Polícia Militar do Distrito Federal, perquirindo se deve corresponder apenas àquelas destinadas ao primeiro posto do Quadro de Oficiais (2º Tenente) ou ao total previsto para o respectivo Quadro, incluindo, assim, as vagas dos demais postos da hierarquia de oficiais.*

*2. O somatório das vagas disponíveis no respectivo Quadro ou Especialidade para matrícula no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos (CHOAEM), previsto no art. 32, I, da Lei nº 12.086/2009, deve ser restrito ao quantitativo de cargos disponíveis no posto a ser preenchido em caso de promoção, não podendo a existência de vagas em nível superior à promoção pretendida gerar direito líquido e certo à realização de curso para ingresso no quadro de oficiais.*

*3. Recurso de apelação conhecido e não provido.”*

(Acórdão 1196622, Processo nº 07059292020188070018, Rel. Des. **Getúlio de Moraes Oliveira**, **7ª Turma Cível**, DJe de 4/9/2019).

*“DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. CURSO DE HABILITAÇÃO. OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO. VAGAS. QUANTITATIVO. PATENTE. SEGUNDO TENENTE. PREVISÃO LEGAL.*

*1. O ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar necessariamente se dá no cargo de 2º Tenente, de modo que devem ser consideradas apenas as vagas existentes nesta patente, e não a totalidade de vagas disponíveis em todas as demais patentes superiores. Inteligência do artigo 32 da Lei Distrital n.º 12.086/09.*

*2. Recurso conhecido e provido.”*

(Acórdão 1195597, Processo nº 07080476620188070018, Rel.<sup>a</sup> Des.<sup>a</sup> **Maria de Lourdes Abreu**, **3ª Turma Cível**, DJe de 25/8/2019).

33. Ainda, de forma a afastar qualquer dúvida porventura remanescente quanto à inteligência ora defendida, recorde-se que o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal já enfrentou questão análoga ao analisar a matéria no âmbito da ADI 2.979/ES<sup>6</sup>, cuja ementa do Acórdão convém trazer à baila:

<sup>6</sup> STF, ADI 2.979/ES, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Cezar Peluso**, publicado no DJ em 4/6/2004.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*“Ação direta. Lei complementar estadual. LC nº 206, de 26.06.2001, do Estado do Espírito Santo. Servidor público. Polícia militar e corpo de bombeiros. Praças. Promoção dita ‘peculiar’. Necessidade da existência de cargo vago na classe ou nível superior da carreira. Interpretação conforme à Constituição, para esse fim. Ação julgada, em parte, procedente. É constitucional lei estadual que regule promoção, dita ‘peculiar’, de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, desde que se lhe subentenda, por interpretação conforme à Constituição, que cada promoção só pode efetivar-se quando exista, na classe ou nível superior, cargo vago.”*  
(Grifos acrescidos).

34. A propósito, cite-se parte do Voto do em. Min. **Cezar Peluso** acerca da interpretação conforme à Constituição, a despeito de não haver expressa disposição quanto à existência de vagas nos cargos da classe ou do efetivo de nível superior naquele caso:

*“(…)*  
*O que se lhe pode notar é apenas que, diversamente do que dispõe o Decreto nº 86.289, de 1981, o qual impõe observar às promoções o efetivo de sargentos previstos na Lei nº 6.144, de 29 de novembro de 1974 (art. 3º, caput), sem prejuízo de limitação pelo Ministro do Exército (art. 3º, §§ 1º e 2º, e art. 5º), a Lei Complementar nº 206, de 2001, não faz nenhuma vinculação nem remissão expressa à existência de vagas nos cargos da classe ou do efetivo de nível superior.*  
*Mas, isso é o que, por salvá-la, se há de presumir e ler em interpretação conforme à Constituição. Ou seja, as disposições da Lei Complementar nº 206, de 26 de junho de 2001, com a norma do inc. IV do § 2º do art. 1º, introduzida pela Lei Complementar nº 216, de 20 de dezembro de 2001, devem entendidas no sentido de que cada ‘promoção peculiar’ só poderá efetivar-se quando exista, na classe superior, cargo vago.”*  
(Grifos acrescidos).

35. Desse modo, na visão do Ministério Público de Contas, em resposta ao quesito **b** da **consulta** ora em análise, a melhor interpretação para a expressão “*vagas disponíveis no respectivo Quadro*”, constante do art. 79, I, da Lei nº 12.086/2009, é no sentido de que se refere ao “*quantitativo de vagas em aberto no posto de Segundo-Tenente*”, sem prejuízo de que, diante do **Poder Discricionário inerente à Administração**, opte o CBMDF por ofertar um **quantitativo inferior** ao total de vagas em aberto no posto de Segundo-Tenente quando da realização do CPO.

36. **Converge o Parquet** especial, portanto, com a sugestão de resposta oferecida pelo Corpo Técnico.

37. No que concerne ao quesito **b.1** (“*Pode a Administração, em atenção ao princípio da eficiência, capacitar maior número de Praças, como o total de vagas fixadas e disponibilizadas pela lei, e prepará-los para as próximas vagas que surgirem, tal qual ocorre em todos os demais cursos de carreira da Corporação?*”), levando-se em consideração a resposta sugerida para o quesito **b**, o MPC/DF entende que **não pode a Corporação capacitar número maior de Praças no CPO do que as vagas existentes no Posto de Segundo-Tenente.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

38. Faz-se, no entanto, pequena ressalva ao esclarecimento proposto no item **II.b** das sugestões feitas pelo Corpo Técnico ao Plenário.

39. A proposição da Instrução é a seguinte:

*“II – esclarecer àquela Corporação que em resposta:*

*(...)*

*b) aos quesitos “b” e “b1”: a expressão “vagas disponíveis no respectivo Quadro” para o cálculo de matrículas no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), na dicção do inciso I do art. 79 da Lei nº 12.086/2009, deve ser entendida como o quantitativo de vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente; todavia a Corporação, à vista da conveniência/oportunidade e do interesse público, poderá disponibilizar, quando do oferecimento de vagas para o CPO, um quantitativo inferior a essas vagas em aberto; não podendo, por outro lado, capacitar um número maior de Praças no CPO do que as vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente, vez que ao fim do CPO o bombeiro-militar deverá ser alçado ao Posto de Segundo-Tenente (o que pressupõe a existência de vagas), bem como ausência de previsão na lei da formação de cadastro de reserva no CPO;”*

40. A ressalva Ministerial tem relação com a **parte final da proposição** acima destacada. Isso porque, como já assinalado neste Parecer, a conclusão, com aproveitamento, do CPO é **apenas um dos requisitos necessários para o ingresso da Praça no Quadro de Oficiais**, não bastando, apenas, a sua aprovação. A proposta do **Parquet** especial, portanto, é que o trecho destacado seja **suprimido**, a fim de se evitar interpretações disformes do seu conteúdo.

*“c) É correto afirmar que ao término do CPO os militares mantêm o exato posicionamento na escala hierárquica? Sem que haja reclassificação pelo fato de não se tratar de curso inicial de carreira?*

*(...)*

*54. A consulta, neste ponto, também atende aos requisitos previstos no RITCDF, devendo ser conhecida pelo TCDF. Em relação ao mérito, concordamos com o posicionamento expresso pela Corporação no sentido de que, ao término do CPO, os militares manterão o exato posicionamento na escala hierárquica que possuía anteriormente, vez que não se trata de curso inicial de carreira, mas de mero curso preparatório para oficiais (requisito para ascensão ao Oficialato).*

*55. A aprovação no CPO não implica ingresso ou transposição ao Oficialato, mas conforme já destacamos neste relatório, de mera continuidade de progressão do bombeiro-militar da carreira de praças, que se inicia com o Curso de Formação de Praças (daí inclusive decorre a desnecessidade de realização de concurso público). Diferentemente é a situação, por exemplo, de ingresso ao QOBM/Comb, para o qual o militar, ao fim do **Curso de Formação de Oficiais** (que é um curso inicial de Quadro e que exige a aprovação em concurso público), irá ingressar em carreira nova.*

*56. Dessa forma, o posicionamento na escala hierárquica da Praça concorrente ao Oficialato do QOBM/Adm e QOBM/Esp foi definido pelo seu curso inicial da carreira (Curso de Formação de Praças). Assim, é correto afirmar que, ao término do **Curso Preparatório de Oficiais**, os militares mantêm o exato posicionamento na escala hierárquica.”* (Grifos acrescidos e nos originais).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

41. No entendimento do MPC/DF, razão assiste à Corporação e à Unidade Instrutiva, ao **considerar** que, concluído o CPO, **os bombeiros militares manterão o exato posicionamento na escala hierárquica que possuíam anteriormente**, tendo em vista que não se trata de curso inicial de carreira, mas de curso preparatório para oficiais (requisito para promoção ao Oficialato).

42. Nesse sentido, a conclusão com aproveitamento do CPO, aliada ao atendimento dos demais requisitos exigidos na Lei, enseja a necessária garantia de promoção **futura** dos participantes aprovados ao posto de Segundo-Tenente.

43. Ante o exposto, este Representante do **Parquet** especial **converge, com ressalvas e ajustes**, com a análise empreendida pelo zeloso Corpo Técnico na Informação nº 263/2021-DIFIPE3 (peça nº 17), propondo ao Plenário:

**I – conhecer parcialmente da Consulta formulada pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF** (Ofício Nº 1634/2021 – CBMDF/GABCG, Peça 14, e anexos, Peças 1/13), somente em relação aos quesitos **a, b, b.1 e c**, por atenderem aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do RI/TCDF;

**II – esclarecer àquela Corporação** que, em resposta:

a) ao quesito **a**: onde se lê a palavra “Praça” no **caput** do art. 79 da Lei nº 12.086/2009, entenda-se “Subtenente”, uma vez que somente os Subtenentes podem acessar o Posto de Segundo-Tenente QOBM/Adm e QOBM/Esp, em razão do princípio da **hierarquia**, previsto no art. 42 da Constituição Federal, e do seu acesso ser **seletivo, gradual e sucessivo**, a teor do art. 61 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479/1986, podendo, excepcionalmente, bombeiros-militares ocupantes da graduação imediatamente inferior (Primeiro-Sargento, e assim sucessivamente, caso necessário) participarem do Curso Preparatório de Oficiais – CPO, desde que detenham os requisitos para tanto, quando não houver Subtenentes em número suficiente a suprir as vagas abertas no Posto de Segundo-Tenente;

b) aos quesitos **b e b.1**: a expressão “vagas disponíveis no respectivo Quadro”, para o cálculo de matrículas no CPO, na dicção do inciso I do art. 79 da Lei nº 12.086/2009, deve ser entendida como **o quantitativo de vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente**; todavia a Corporação, observada a conveniência/oportunidade e o interesse público, poderá disponibilizar, quando do oferecimento de vagas para o CPO, um quantitativo inferior a essas vagas em aberto, não se mostrando possível, por outro lado, capacitar um número maior de Praças no CPO do que as vagas em aberto no Posto de Segundo-Tenente;

c) ao quesito **c**: ao término do CPO, os bombeiros-militares manterão o exato posicionamento na escala hierárquica, uma vez que não se trata de curso inicial de carreira;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**III – autorizar:**

- a) o encaminhamento da Informação nº 263/2021-DIFIPE3, do Parecer nº 46/2022-G4P/ML, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- b) o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

É o Parecer.

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.

  
**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral